

Regra eleitoral divide pequenos na Constituinte

Temas como a obrigatoriedade do voto, a adoção do voto distrital, o poder de cassação de mandato pelos partidos, a divisão de espaços nos meios de comunicação e a implantação do regime parlamentarista de governo dividiram, ontem, os representantes do PC do B, PSB, PT e PDC, prometendo esquentar os debates na Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, que ainda não ouviu as grandes agremiações.

O voto facultativo foi defendido por Hélio Bicudo, da Direção Nacional do PT, e por Jorge Coelho de Sá, presidente do PDC, mais foi objeto de rejeição dos presidentes do PSB, senador Jamil Haddad, e do PC do B, João Amazonas. O PDC ficou sozinho no apoio à cassação de mandatos por infidelidade partidária e na adoção do voto por distritos. Os outros três partidos consideram elitista o voto distrital e defendem a consolidação dos partidos ideológicos, antes de qualquer medida que vise a cassar mandatos. Na defesa do parlamentarismo uniram-se PSB e PDC; o PT quer a manutenção do presidencialismo, com mais poderes para o Legislativo, e o PC do B preferiu deixar a discussão para a Subcomissão do Sistema do governo.

A única posição convergente foi a defesa da utilização de espaços iguais para todos os partidos no horário gra-

tuito de rádio e televisão, com o fim do atual critério proporcional. Jamil Haddad (PSB) considera a legislação atual pior do que a Lei Falcão, "que ao menos igualava por baixo as agremiações".

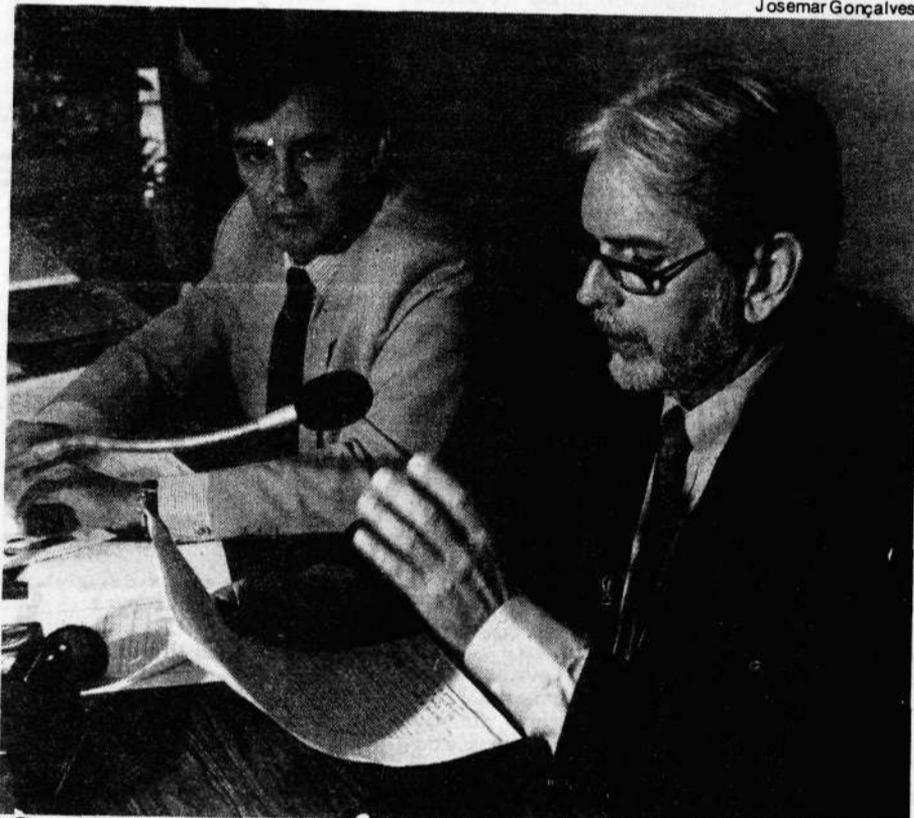
Mesmo não sendo a subcomissão competente para tratar

do assunto, os quatro representantes partidários anteciparam a defesa de eleições diretas para presidente da República no prazo máximo em que se completar quatro anos do governo Sarney. Eles pregaram, também, a necessidade urgente de reformulação da Lei Orgânica dos Partidos, que discrimina os pequenos e dificulta a formação de novas agremiações.

Manifestações

Apesar do caráter de audição da reunião, alguns membros da subcomissão deixaram antever posições que tomarão quando da discussão e votação das matérias. O deputado Waldir Pugliesi (PMDB-PR), por exemplo, apoiou a posição do PDC de cassar mandatos por infidelidade partidária: "O meu partido está inchado, apodrecido. Verdadeiros facinoras e ladrões estão hoje nos quadros do PMDB". Já o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA), posicionou-se radicalmente contra o voto facultativo, no seu entender "uma forma de estabelecer o voto distrital".

Josemar Gonçalves



Correia, presidente da Abert (D), defende manutenção do atual sistema

Abert quer liberdade e menor estatização

A mais ampla liberdade de expressão e pensamento, com a menor interferência possível do Estado e a defesa da manutenção do atual sistema de radiodifusão, com a convivência entre empresas privadas e estatais. Estas foram as posições defendidas ontem na Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, pelo vice-presidente da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão, — Abert-Fernando Ernesto Correia.

Ele ressaltou as vantagens do modelo atual e disse acreditar na manutenção da prioridade para a propriedade privada no setor: "Não vejo nenhuma tendência estatizante nesta Constituinte".

Em rápida exposição sobre a situação da radiodifusão no País, Correia, há 12 anos presidindo a Abert, enfatizou a importância social do rádio, que hoje atinge 96% da população brasileira e da televisão, "uma das melhores do mundo". Ele

desmistificou a tese do monopólio do produto estrangeiro sobre o nacional ou de uma rede sobre outra: "O enlatado, hoje, cobre em sua maioria os horários marginais. A Globo e a Manchete, as duas maiores redes do País, têm um índice de 75% de produtos nacionais em suas programações. Quanto às redes, se há um País em que não existe monopólio é o Brasil, basta observar cidades como São Paulo, com 7 canais de TV, Porto Alegre e Curitiba, cada uma com 6 canais. Além disto, temos hoje uma efervescência da concorrência entre as televisões, que aperfeiçoam a cada dia a qualidade de suas programações".

Para Fernando Ernesto Correia o principal problema da radiodifusão no Brasil é modelo de concessão, renovação e cassação de veículos: "É preciso aperfeiçoar o sistema — de concessões que, atualmente, permite um monopólio exagerado do Executivo".

Presidente da Ceme pede mais recursos

A nacionalização da indústria químico-farmacêutica foi defendida ontem pelo presidente da Ceme, Marta Martinez, como única forma de expandir o mercado interno e da cobertura à população de baixa renda com remédios essenciais. Ao depor ontem na Subcomissão de Saúde, Seguridade Social, Ecologia e Meio Ambiente, ela pregou a necessidade de constar da nova carta que o Estado garantirá a nacionalização do setor, destinando-lhe incentivos financeiros e fiscais e assegurando mercado interno para os remédios estratégicos fabricados pelas empresas genuinamente nacionais.

Ela denunciou a falta de prioridade na importação de matérias-primas para fabricação de remédios básicos da Ceme, atribuindo a esta discriminação a falta generalizada de medicamentos no país. O resultado disto, segundo revelou, foi a redução drástica da Renam — Relação Nacional de Medicamentos Essenciais — de 378 para apenas 120 e de 48 para 35 os destinados às Farmácias Básicas/Ceme, que só a partir de 15 de maio estarão completamente supridas a nível nacional.

Reverter todo este quadro dando autonomia interna à Ceme para definir a política do setor farmacêutico básico é o que espera dos constituintes a presidente do órgão. Ela revelou que só 48% da população têm acesso aos medicamentos e, destes, só 35% conseguem ser atendidos.

SENADO FEDERAL

AVISO

CONCURSO PÚBLICO PARA DATILÓGRAFO

O Senado Federal comunica que o D.O.U., edição de 29/04/1987, páginas 6156/57, Seção 1, está publicando o edital que convoca os candidatos aprovados no Concurso Público para Datilógrafo.

Brasília, 29 de abril de 1987

José Passos Porto
Diretor-Geral